

A ecologia política da algaroba: uma análise das relações de poder e mudança ambiental no Cariri Ocidental - PB¹

Ramonildes Gomes²

Aracele Gomes Barbosa³

Resumo

As transformações ocorridas nos espaços rurais e urbanos do semi-árido nordestino, em geral decorrem da necessidade de promover o desenvolvimento desta área e integrá-la às áreas mais dinâmicas do País. Historicamente, as estratégias adotadas têm reforçado a implantação de espécies – animais e vegetais – exógenas, a exemplo da algaroba (*Prosopis juliflora*), cuja experiência transformou-a de planta redentora e salvacionista em praga. Apoiado no enfoque da ecologia política este trabalho tem como finalidade analisar a relação entre estratégias de desenvolvimento, inovação técnica e estratégias discursivas, enquanto processos que moldam e integram comportamentos entre diferentes grupos sociais e instituições, por vezes, produzindo uma distribuição desigual dos benefícios (financiamentos públicos) e dos impactos ambientais entre os diferentes grupos sociais, neste caso, grupos que foram afetados pelas políticas de incentivo ao plantio da algaroba, mais precisamente nos municípios de Serra Branca e Sumé, localizados na mesorregião do cariri ocidental da Paraíba.

Palavras-chave: Ecologia política; Algaroba; Desenvolvimento.

1. Introdução

A algaroba (*Prosopis juliflora*) – espécie vegetal que na língua dos indígenas dos Andes significa “a árvore” é uma leguminosa, que apresenta grande diversidade de espécies do gênero *Prosopis*. É uma planta xerófila (vegetais que possuem uma estrutura especial e adaptações funcionais contra a falta de água, razão pela qual se adaptam a lugares secos, como a caatinga e os desertos), nativa do deserto do Piura no

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Ramonildes Alves Gomes - Doutora em Sociologia - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG), Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL rnildes@hotmail.com

³ Aracele Gomes Barbosa - Graduanda em Ciências Sociais, pela UFCG, bolsista de iniciação científica (PIBIC/UFCG/CNPq). e-mail: aracele_sumé@hotmail.com

Peru. No Nordeste, a algaroba foi introduzida nos idos da década de 1940, desde o princípio esta espécie foi vista como uma alternativa de desenvolvimento e modernização, tomando como pressuposto a lógica da dominação da natureza (Porto-Gonçalves: 2006). A articulação discursiva em torno da importância e viabilidade econômica da algaroba começa a ser difundida pelas instituições de pesquisa, grupos políticos e gestores públicos que defendiam as vicissitudes hídricas, forrageiras e arbóreas da espécie.

Neste trabalho, pretendemos a analisar os processos sociais relacionados à implantação da algaroba (*Prosopis*) no semi-árido nordestino, em particular, na região do Cariri Paraibano. Com base nos referenciais da ecologia política, da tecnologia associada ao desenvolvimento focalizaremos as relações de poder que perpassam as interações entre os diferentes grupos sociais e instituições, moldando simultaneamente o comportamento e as relações entre, indivíduos e indivíduos, indivíduos e natureza. Particularmente, aqueles afetados pela política de incentivo ao plantio da algaroba no semi-árido nordestino, portanto, o nosso intuito é apreender os elementos formadores das políticas e dos projetos governamentais que impulsionaram o plantio da algaroba como alternativa ecológica e econômica para o semi-árido nordestino.

Apoiando-se na abordagem da ecologia política, buscaremos estudar os elementos que revelam as estruturas e processos que definem os grupos que ganharam e que perderam com a disseminação da algaroba. Com a finalidade de alcançar os objetivos optamos pelo seguinte desenho de pesquisa: revisão bibliográfica e documental com intuito de compreender as lógicas e contradições que influenciaram as argumentações científicas, técnicas, econômicas, ecológicas e sociais que estruturavam os discursos favoráveis e contrários à algaroba. Fizemos também pesquisa de campo, utilizando técnicas como entrevistas (semi-estruturadas) e imersão em localidades específicas que, a partir de estratégias diversas foram afetadas pela algaroba.

Abordando as categorias poder, mudança ambiental e qualidade de vida, buscaremos entender como o poder influencia as ações entre pessoas de diferentes grupos sociais e como o incentivo ao plantio da algaroba provocou mudanças, tanto ambientais como na qualidade de vida das pessoas que estão inseridas nas áreas onde foram implantados os projetos que adotaram esta espécie como estratégia para o desenvolvimento.

O presente artigo está sistematizado em quatro itens, quais sejam: A algaroba no semi-árido nordestino – consta de uma retrospectiva da introdução e expansão da

algaroba (*Prosopis juliflora*) no Nordeste, e no Cariri Paraibano em particular; A Algaroba, enquanto instrumento de modernização e desenvolvimento; O processo de articulação dos grupos afetados pela política de incentivo ao plantio da espécie, que em contextos diferenciados se rearticulam e se desarticulam formando redes e reconfigurando discursos e lugares de poder.

2. A algaroba no semi-árido nordestino⁴

A introdução da algaroba (*Prosopis juliflora*) no semi-árido Nordeste aconteceu em três fases distintas: a primeira fase vai da década de 1940 até 1960, corresponde à introdução da espécie, momento em que esta despertou a curiosidade dos técnicos e produtores rurais; a segunda fase, de 1961 até 1965, caracterizando-se por uma série de ações governamentais voltadas para a expansão da cultura; e por fim a terceira fase, iniciada no ano de 1966 tendo como fundamento os investimentos na pesquisa e o incentivo para o desenvolvimento da cultura nos estados nordestinos. Entretanto, esta última fase foi marcada pela descontinuidade dos vários programas, de âmbito federal, estadual e municipal.

Segundo Sebastião Silva (2000), na primeira fase houve um investimento massivo no sentido de promover a difusão de conhecimentos sobre a espécie, utilização, múltiplos usos, com ênfase para a distribuição de mudas. Estima-se que neste período foram distribuídos aproximadamente 8 a 10 milhões de mudas nas áreas que fazem parte do semi-árido nordestino, especificamente, nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

A segunda fase de introdução da algaroba correspondeu aos anos de 1961 até 1965, foi caracterizada por uma série de ações governamentais voltadas para a expansão da cultura, porém foi marcada pela falta de continuidade dos programas e sincronia das ações que dessem uma coerência interna a política agrícola do País.

Em 1961, o então ministro da agricultura, Dr. Costa Porto, aprova um programa de algarobeira para o Nordeste. Durante seis meses foram produzidas 6 milhões de mudas, destas 3,5 milhões foram distribuídas e plantadas nos municípios do semi-árido.

⁴ As questões discutidas neste trabalho fazem parte do Projeto de Pesquisa intitulado: “A ecologia política da algaroba: poder, mudança ambiental e qualidade de vida no semi-árido nordestino” que conta com apoio institucional do CNPq, vale ressaltar que parte das informações documentais mencionadas no texto foram extraídas do trabalho de qualificação, intitulado: A “saga” da algaroba no Cariri paraibano: escolhas tecnológicas e políticas públicas – o caso da estação experimental Fazenda Pendência de autoria de Annahid Burnett (2007), mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG), discente e pesquisadora, integrante da equipe do projeto supra mencionado.

Devido à renúncia do então presidente Jânio Quadros, este programa entrou em declínio, sendo praticamente extinto. O programa só não veio a ser extinto porque os agrônomos da Secretaria de Agricultura da Paraíba deram continuidade ao trabalho no Cariri Paraibano.

Desde a primeira fase a difusão da algaroba foi acompanhada de um coro discursivo “*a algaroba é a salvação do Nordeste*”. Tal apelo era ouvido e seguido por diversos atores sociais – políticos, elites agrárias, gestores públicos, técnicos e pesquisadores, dentro do cenário desenvolvimentista da época. Após uma declaração do agrônomo Renato de Farias em 1955, baseada na experiência americana com uma das várias espécies de algaroba, este afirma que tal espécie seria invasora. Na Paraíba esse discurso salvacionista é reafirmado com intensidade pelos presidentes das associações rurais de Aroeiras, Cabaceiras, Campina Grande, Cubati, Juazeirinho, Monteiro, São João do Cariri, Serra Branca, Soledade, Sumé e Taperoá, através de documentos assinados e enviados às autoridades brasileiras afirmavam que, a nenhuma planta é atribuída características como resistente à seca e a salinidade; desenvolvimento rápido e produção em período de seca como a algaroba. De maneira que, com base nesses itens legitimava-se o discurso de que esta seria mesmo a salvação para as regiões do Cariri e do Sertão da Paraíba.

Dr. Antonio Quirino Alves, engenheiro agrônomo do DNOCS⁵ – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, afirmava que a região do Cariri não tinha condição de permanecer adotando a mesma estratégia produtiva relativa às atividades agropecuárias, que ao longo de décadas vem corroborando para um processo crescente de degradação dos solos, provocado pela falta de cobertura vegetal nos terrenos não utilizados na agricultura, e pelas técnicas de cultivos rudimentares adotadas pelos agricultores. De modo que recomendava, “uma campanha de implantação, em larga escala, de algarobeiras nas zonas do Cariri, Sertão e Seridó com uma dupla função, primeiro, como solução para o reflorestamento dessas áreas, segundo com a função de formar pastos arbóreos”. Este discurso é revelador das intenções de modernizar a

⁵ Dentre os órgãos regionais, o DNOCS, se constitui na mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste. Criado sob o nome de Inspeção de Obras Contra as Secas - IOCS através do Decreto 7.619 de 21 de outubro de 1909 editado pelo então Presidente Nilo Peçanha foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semi-árido. Sua denominação atual lhe foi conferida em 1945 (Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945), vindo a ser transformado em autarquia federal, através da Lei nº 4229, de 01/06/1963. Sendo, de 1909 até por volta de 1959, praticamente, a única agência governamental federal executora de obras de engenharia na região. Até a criação da SUDENE, foi o responsável único pelo socorro às populações flageladas pelas cíclicas secas que assolam a região. (Fonte: www.dnocs.gov.br, acesso em fevereiro de 2008).

agricultura modificando a relação do homem com a natureza, através da introdução de um modelo técnico e de uma concepção de tecnologia.

No período que compreende os anos de 1962 a 1964 observou-se uma considerável diminuição no ritmo das plantações e carência de ações governamentais direcionadas para a cultura da algarobeira. A partir de 1966 tem início a terceira fase da introdução da espécie algaroba no semi-árido nordestino. Esta foi caracterizada por investimentos na pesquisa, estímulo ao desenvolvimento da cultura nos Estados nordestinos, divulgação de trabalhos técnicos sobre a espécie e promoção de uma série de eventos com objetivo de socializar as descobertas e características da algarobeira, entre estes, um evento realizado no município de Serra Branca - PB em meados da década de 60, que segundo relatos de moradores do município, foi uma grande feira com intuito de divulgar a algaroba, nesta ocasião Dr. Inácio Antonino – engenheiro do ministério da agricultura e fazendeiro, respeitado em toda messorregião do Cariri, juntamente com outros técnicos e agrônomos, reuniram-se para falar sobre a espécie e incentiva o plantio da mesma, distribuindo mudas e sementes entre os moradores do município de Serra Branca e de municípios circunvizinhos, São João do Cariri, Camalaú, Coxixola etc.

2.1. O Cariri Paraibano e a Algaroba

Como já o dissemos na messorregião do Cariri Paraibano a algaroba foi difundida pelo Dr. Inácio Antonino Gonçalves, na época engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura. A pesquisa documental e os relatos obtidos, através das conversas informais com parentes e pessoas que conviveram com o Dr Inácio, possibilitaram inferir que ele era um homem culto, estudado, além de ser um rico fazendeiro, proprietário de terras do município de Serra Branca, qualidades que faziam do Dr. Inácio uma referência que gozava de prestígio político no âmbito nacional, regional e local, com trânsito em diversas redes sociais⁶, muitas das quais tinham como participantes políticos, coronéis, proprietários de terras, pesquisadores e gestores públicos.

⁶ A expressão redes, no contexto deste trabalho é utilizada para traduzir a articulação entre, sujeitos individuais e coletivos, que por meio de certas ligações realizam trocas e definem agendas e objetivos. Sobre o assunto ver: CASTELLS (1999).

No ano de 1952, o deputado Tertuliano Correia da Costa de Brito, – natural do município de São João do Cariri e representante da região na Assembléia Legislativa Paraibana, que retornava de uma missão política em Paulo Afonso - BA, aonde tivera a oportunidade de conhecer “*as sementes da algaroba, eram tão poucas as vargens e sementes, que cabiam no bolso do paletó*”. Certa visita feita ao município de Serra Branca Tertuliano anunciou que estava de posse das sementes milagrosas e afirmou: “*São de uma árvore que não precisa de água para sobreviver*” (FONTE: arquivos do CORREIO DA PARAÍBA, 1998). Informado que as sementes eram de uma planta que vegetava em região em que chove pouco, o Dr. Inácio Antonino ficou responsável por cuidar da reprodução dessa espécie. O primeiro plantio de algaroba foi feito em 1953, numa área pública de São João do Cariri, município vizinho a Serra Branca. As mudas que sobraram foram plantadas no Sítio Ligeiro, de propriedade do Dr. Inácio Antonino, no município de Serra Branca, onde existem algarobeiras com mais de meio século.

O plantio de algaroba em áreas experimentais confirmava os múltiplos usos desta espécie, como afirma o Dr. Inácio Antonino: “é madeira forte e de boa qualidade”. Neste período, além do Dr Inácio, três pessoas participaram da “missão em favor da algaroba” foram elas, Aristóteles Queiroz, na época representante da Associação dos Agricultores da Paraíba, Perón Japiassu e José Gaudêncio – estes últimos latifundiários, e políticos respeitados na região. Este desenho sugere que desde o princípio a introdução da algaroba revela uma associação interessada, tanto de grupos políticos – e no caso do Cariri paraibano são também os grupos economicamente *empoderados*, quanto de grupos técnicos. Reafirmando a perspectiva de que o pensamento conservador não é um pensamento imobilista como afirma Martins (1994: 15), no Brasil, assim como na Europa, no confronto com a modernização o pensamento conservador se radicaliza e se transforma em arma de pressões por mudanças profundas.

2. Algaroba - instrumento de modernização e desenvolvimento

Os diagnósticos realizados pelo GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), nos idos da década de 50, aliados aos estudos desenvolvidos pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), os quais indicavam que o Nordeste necessitava de um centro dinâmico de crescimento, o então governo federal decide investir maciçamente e organizar em escala nacional o sistema de pesquisa agropecuária, formulando o que se define como política tecnológica para o setor rural, cujas ações foram capilarizadas por intermédio dessas agências de

geração e propagação de tecnologia, além da recém-criada EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Considerada uma região subdesenvolvida ficava subentendido que o desenvolvimento para o Nordeste se daria a partir de um processo exógeno, portanto vindo de fora, moderno e capaz de impor certo modelo. Desconhecendo o desenvolvimento como tal e colonizando os grupos e espaços, sem, contudo, construir determinadas condições jurídicas e políticas para que as técnicas “modernas de dominação da natureza” pudessem se desenvolver (PORTO-GONÇALVES, 2006: 81).

CASTRO (1984-1985: 210), afirma que a política de reflorestamento refletia a principal linha de desenvolvimento agrícola na década de 1980. Isso se explica pelo fato do acúmulo das grandes propriedades serem conseqüências lógicas de uma correlação social e política definida. No entanto, era necessário que, ao tempo que o governo investisse em projetos contra a seca, desenvolvesse uma política de caráter social, para que a população menos favorecida e, por sua vez a mais afetada nos períodos de estiagem, pudesse usufruir dos recursos públicos. Segundo ROBBINS⁷ (2004) apud CUNHA et al, (2005) a desigualdade na distribuição de custos e benefícios, por sua vez, reforça ou reduz as desigualdades econômicas e sociais já existentes, alterando ou reafirmando as relações de poder entre os diferentes atores e grupos sociais. Desse modo, ocorria o beneficiamento e o acúmulo de bens por parte dos grandes proprietários. De fato, os problemas decorrentes da semi-aridez do Nordeste conformam certo discurso e uma forma particular de planejar políticas públicas para incentivar o desenvolvimento da região, e esta necessita dar visibilidade às desigualdades regionais internas e as diferenças de poder entre os grupos.

As condições físicas, históricas e políticas singulares do semi-árido, em geral, têm induzido a busca de soluções eminentemente técnicas para criar as bases para o desenvolvimento, como se a técnica empregada numa dada situação não fosse impregnada da sociedade que a criou. As naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos (LATOUR, 1994 a).

A algaroba como estratégia modernizante sempre foi alvo de disputas e interesses que dividiam os grupos, reconfigurando as alianças, portanto criando então uma sociedade caracterizada pelo risco, “a sociedade de risco”. Segundo VEYRET

⁷ ROBBINS, P. (2004) Political ecology: a critical introduction. Oxford: Blackwell Publishing.

(2007), o risco e a percepção que se tem dele não podem ser enfocados sem que se considere o contexto histórico que os produziu e, especialmente, as relações com o espaço geográfico, os modos de ocupação do território e as relações sociais características da época. Os discursos contrários a algaroba, surgidos no final da década de 80 permitem tomar o nordeste semi-árido como territórios dos riscos⁸. A algaroba como solução para os problemas encontrados no semi-árido, não pode ser compreendida senão no contexto da época. As escolhas feitas e as decisões que balizavam as ações estavam fundamentadas no cálculo de custos e benefícios, *ou seja, o risco justificava as escolhas políticas*.

GIDDENS E BECK (1997:16) afirmam que o compreender o risco está relacionado à compreensão da própria modernidade reflexiva. O risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas meramente políticas. Para os autores são *formas sistemáticas de lidar com os perigos e as inseguranças induzidas e introduzidas pelo próprio processo de modernização*.

No caso da algaroba, a histórica aliança, entre grupos clientelistas e burocratas do estado (em certos momentos os militares; em outros, técnicos e gestores públicos) criou um ambiente fecundo para a formação de redes. Ou parafraseando Martins (1994:35), estas redes consistem em mecanismos tradicionais de troca de favor, favor como obrigação moral entre pessoas que não mantêm entre si vínculos formais, mas envolvem relacionamentos que se baseiam na reciprocidade. A questão que gostaríamos de ressaltar neste ponto não é disrupção inerente a “saga da algaroba”, enquanto alternativa tecnológica para salvar o semi-árido nordestino, mas analisar sob quais condições, lógicas e arranjos institucionais (políticas e sociais) são erigidos os projetos modernos, sem alteração nas relações de poder a modernização tende a fortalecer o poder do atraso.

3. Construindo redes: o processo de articulação dos grupos afetados pela política de incentivo ao plantio da algaroba

A noção de redes sociais favorece a construção de um campo epistemológico de interpretação que agrupa propostas, significados e abordagens disciplinares diversas. As redes podem ser divididas a partir de quatro grandes fluxos: os movimentos de pessoas ou fluxos migratórios; os movimentos comerciais ou fluxos de mercadorias; os movimentos de informações ou fluxos informacionais; e os movimentos de capitais ou

⁸ Para VEYRET (2007: 29) Territórios dos riscos – sejam estes naturais, tecnológicos ou sociais – são resultados contribuintes de um passado nem sempre bem conhecido e especialmente de escolhas políticas ou econômicas.

fluxos monetários e financeiros. Segundo CASTELLS (1999) apud DIAS e SILVEIRA (2007), embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social.

Ao abordar as redes sociais EUCLIDES MANCE (2000), afirma que, é uma articulação entre diferentes unidades que realizam trocam recíprocas. Neste caso, tanto os discursos incentivando o plantio da algaroba, quanto os discursos contrários, revelam o lugar e o poder das redes. Atualmente, consta-se que o discurso difundido pelas redes sócio-técnicas favorece as redes comerciais, revelando uma espécie de mutualismo entre redes, as quais fortalecem todo o conjunto possibilitando a ampliação do plantio em novas unidades ou mantendo-se em equilíbrio sustentável.

No final dos anos 80, superado o período áureo dos incentivos governamentais, sobretudo através de empréstimos contraídos junto a BNDS e IBDF, surge o mito de que a algaroba seria uma erva daninha, ou seja, a algaroba foi responsabilizada por causar danos incalculáveis ao meio como, secar o solo e mananciais, tirando toda a água ao seu redor, além de causar doenças em rebanhos bovinos, como o “mal da cara torta” e a “língua-de-pau”. Com isso os pequenos agricultores iniciam um processo de exploração e extinção da espécie por acreditarem que esta seria uma vilã, fortalecendo outras estratégias para auferir lucros com a algaroba, baseada na extração da madeira, dando origem a uma rede de comercialização em torno desta espécie. Como afirma ANDRADE (1998: 224), numa sociedade em que existem formas de exploração capitalistas e pré-capitalistas, visando respectivamente à produção para exportação e a produção para o auto-consumo do próprio agricultor e da região, vai provocando um desequilíbrio. Uma vez que é factível a forte política de incentivos ao desmatamento da algaroba sob o argumento que a dificuldade de manejar faz com que a espécie invada solos férteis e desnudos, provocando um desastre ambiental sem proporções, neste caso a solução é mesmo o desmatamento que, compromete seriamente o equilíbrio ambiental do Cariri, cujas condições físicas indicam ser uma área em processo intenso de desertificação.

A desconcentração de poder/rede tem consequência direta no debate sobre o desenvolvimento, já que não se espera que um processo de desenvolvimento tenha a capacidade de ser sustentável no longo prazo se não existir nivelamento no processo e *empoderamento* dos atores responsáveis por administrar. Ou seja, a rede atua através de um procedimento de radical desconcentração de poder.

Não obstante, é preciso considerar não somente a dimensão técnica, mas também considerar os processos sociais, econômicos, políticos etc. Algumas atividades desenvolvidas no contexto das redes são mais lucrativas que outras, conforme vão passando por ciclos, altos e baixos do mercado e concorrência global segmentada. Como um exemplo disso, podemos citar o alto valor da madeira proveniente da algaroba, uma vez que atualmente a retirada da madeira de algaroba encontra-se liberada pelo IBAMA⁹ (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para exploração, pois se trata de uma espécie exótica.

As redes de comercialização que se formaram em torno dos produtos derivados da algaroba – madeira, carvão, lenha e vagem – a articulação destas tem provocado um processo de intensificação da exploração deste recurso, assim como, deslocados os focos de poder, seja na forma de riqueza ou de saberes.

4. As redes de comercialização no cariri paraibano

O Cariri assim como o Sertão é uma região castigada pelas secas, que ao longo da história tem corroborado para a busca de soluções exógenas e modernizantes. Tais soluções são lidas por muitos como ciclos econômicos, a exemplo, do algodão, do sisal, da cana-de-açúcar, da grande irrigação, da algaroba, e mais recentemente da mamona. Em lugares e com estratégias específicas estas soluções provocaram mudanças e articulação entre atores locais. Problematizaremos a formação de redes que se formaram no passado, como já fora discutido, e se rearticularam no presente em torno da algaroba, se beneficiando das estratégias de comercialização dos produtos, originados da espécie *Prosopis juliflora*.

Os grandes proprietários de terras, em grande medida foram beneficiados com incentivos governamentais, através de projetos que financiavam de 100 a 200 hectares de plantio de algaroba. Estes, atualmente buscam erradicar a espécie e/ou empreendem técnicas para destocar/desmatar a espécie destas áreas, seja para preparação da terra ou para produzir capital econômico. Todavia, constata-se que os proprietários destas áreas onde ainda existem plantios de algarobas, estão inseridos dentro do comércio madeireiro. Negociam a venda da madeira encontrada em suas propriedades com

⁹ O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA foi criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. O IBAMA foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente - SEMA; Superintendência da Borracha - SUDHEVEA; Superintendência da Pesca – SUDEPE, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. FONTE: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2008.

atravessadores¹⁰ que fazem o trabalho de limpar o solo, destocando toda a madeira, carregam os caminhões e fazem o transporte da madeira para os grandes centros da Paraíba e dos estados circunvizinhos, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. A madeira cortada possui finalidades distintas conforme a qualidade do material cortado (lenha, mourão, estaca, etc).

Já entre os pequenos proprietários de terras, os quais só possuem áreas de algarobeiras resultantes da dispersão por meio natural, é possível perceber, através das entrevistas e observações que estes não costumam explorar a espécie de modo a erradicar todas as plantas que se encontram na sua propriedade, pois asseguram que se não fosse à algaroba o rebanho bovino já havia morrido de fome, como também não teriam condições de cercar as suas propriedades ou lotes. Dado que se confirma nas épocas de estiagem, quando muitas vezes a vagem de algaroba é o único alimento para o gado. Com isso, é perceptível a contradição entre os discursos produzidos e evocados por grupos distintos, o que é “praga” pra uns torna-se a “solução” para outros.

Assim como os grandes proprietários, nos assentamentos de reforma agrária, tanto do Sertão quanto do Cariri, os assentados também utilizam o argumento que é necessário preparar a terra para produzir roçados e pastos, para tanto fazem a destocagem das áreas, em seguida vendem a madeira.

Dentre os vários produtos derivados da algaroba, a madeira é o que se tem atribuído maior valor na comercialização, pois é utilizada para diversos fins (estacas e mourões para fazer cercas; para a fabricação de carvão; lenha – destinada para queima de olarias, padarias e tinturarias). A madeira comercializada destina-se ao uso industrial na forma de lenha para a produção de cal, para fornos de padarias, olarias, cerâmicas e tinturarias de roupa na cidade de Toritama no Pernambuco. Essa madeira é transportada em caminhões que normalmente são do próprio atravessador e levam uma carga de 30 m³ de cada vez, porém foram constatados casos em que os caminhões saíram com até 49 m³.

As informações obtidas na região do cariri acerca da comercialização revelam que a madeira de algaroba tem bastante valor comercial. Como afirma um dos proprietários desta região terras dessa região: “há uns três ou quatro anos a madeira não tinha valor comercial, praticamente não tinha valor comercial”, porém atualmente vendem ao preço de R\$ 8,00 o m³, o que se considera bastante valorizada, pois não tem

¹⁰ Indivíduos que comercializam clandestinamente produtos no atacado superfaturando os preços. Ou ainda, o indivíduo que atravessa mercadorias, que as compra para monopolizar o mercado.

nenhum tipo de despesa, uma vez que os cortadores tiram a madeira e deixam a área pronta para ser preparada para plantio. Os atravessadores que realizam a comercialização na região do cariri são em sua maioria do Pernambuco, mas também há atravessadores de Campina Grande.

No cariri o preço pago aos trabalhadores pelo corte da madeira é de R\$ 5,00 por m³. Os trabalhadores que fazem esta atividade, em sua maioria têm idade entre 32 e 46 anos. Durante a pesquisa de campo conversamos com alguns trabalhadores que estavam cortando algaroba na Fazenda Cachoeira, município de Sumé, estes são oriundos de Jataúba -PE e Alcantil - PB e o patrão deles, no caso o atravessador, é natural de Vertentes - PE. Estes trabalhadores utilizavam como instrumentos de trabalho machados e moto-serra e cortam em média 5 m³ por dia quando a madeira é boa, no sentido de ser uma madeira densa e 3 a 4 m³ quando a madeira é fraca. A produção diária de um grupo de cinco trabalhadores é de um mínimo de 18 m³ por dia, resultando em uma carga completa de um caminhão em dois dias de trabalho. Além da madeira para ser utilizada como lenha os cortadores recebem R\$ 0,50 por estaca. A jornada de trabalho é das 07h00min h da manhã às 17h: 30 min quando entardece, tendo apenas a metade do dia no domingo para descanso. Afirmam que corta “madeira branca” (marmeleiro, jurema, pereiro, catingueira, umbuzeiro) é menos trabalhoso, porém atualmente só realizam o corte de algaroba, pois é o único corte permitido pelo IBAMA. As condições de trabalho destes trabalhadores são totalmente precárias, a alimentação é preparada na própria área do corte. Segundo nos informou o trabalhador chefe-encarregado desse grupo que trabalha no corte de madeira há 20 anos e quando não esta realizando o corte de madeiras volta para sua cidade de origem e planta uma pequena roça apenas para subsistência da família. Ao encerrar o corte de uma área os trabalhadores têm um intervalo de 8 a 15 dias para visitar a família e resolver os negócios e voltam para o trabalho em outra propriedade pela região que forma a extensão da rede de corte.

Outra parte da madeira da algaroba é transformada em carvão. Atualmente é comum encontrarmos em pontos comerciais pequenas embalagens de carvão vegetal rotulados como derivado da madeira da algaroba. O carvão é mais um dos produtos que compõe a rede de comercialização desta espécie. Os grandes proprietários justificam a retirada da madeira com esta finalidade, com base no argumento de que o produto é fabricado como alternativa para aproveitar a madeira retirada no processo de preparação da terra. Já os pequenos produtores utilizam o carvão para o próprio consumo,

realizando a comercialização apenas como estratégia para complementar a renda familiar.

A produção de carvão vegetal oriundo da algaroba é totalmente liberada pelo IBAMA. Entretanto, para comercialização é necessário a solicitação de uma liberação e uma guia em que o comerciante relate o percurso de transporte do produto até chegar ao seu destino final, caso contrário a carga de carvão pode ser apreendida. Os atravessadores compram o saco de carvão em média a um preço de R\$ 5,00 e revende a R\$ 9,00. Existem atravessadores do município de Sumé que chegam a transportar 1.000 sacos por semana para Campina Grande e João Pessoa. De modo que, após estar empacotado não é possível reconhecer o carvão oriundo de algaroba, isso implica na possibilidade de haver também a fabricação de carvão proveniente de outras espécies e que são misturados aos produzidos com madeira de algaroba.

A vargem é outro produto comercial originado da algaroba, bastante comercializado e valorizado, especialmente como alimentação principal, ou complementar para o rebanho bovino e caprino. Fazem parte desta rede comercial, grande proprietários e agricultores familiares, embora, com papéis e inserções diferenciadas. A colheita da vargem é feita geralmente por adultos e crianças, embora, estes não concebem a atividade de colheita propriamente como trabalho estes a fazem por necessidade, para ganhar algum trocado, obter dinheiro para o lazer, brincar nos parques de diversões nas quermércias (festas de religiosas, de padroeiros que ocorrem no interior).

Já os adultos realizam a colheita da vargem de algaroba como mais um complemento para a sua renda. A colheita da vargem é negociada de duas maneiras, uma em que os empregados catam em regime de meia¹¹, ou seja, o proprietário das terras negocia a venda do produto e divide com o trabalhador o lucro; e a outra, em que os indivíduos catam em áreas abertas, como às margens das estradas e na própria área urbana dos municípios. Segundo relatos de um catador de vagem, na safra do ano passado ele colheu vinte sacos e afirmou que para se colher um saco de vargem é necessário catar durante dois dias, resultando num total de três a cinco sacos por semana.

¹¹ A expressão popular “catando de meia”, que significa forma de trabalho em que o empregado divide toda a produção adquirida com o patrão, em troca da concessão de uso da terra e de outros recursos naturais, a exemplo da colheita da vargem da algaroba.

Segundo as informações, obtidas na propriedade Ligeiro, localizada no município de Serra Branca cada árvore de algaroba adulta chega a produzir 20 quilos de vargem por safra. Produzindo naturalmente entre novembro e fevereiro. Em média o valor comercial da vargem é de R\$ 10,00 o saco com 30 a 40 quilos. Para os atravessadores o custo por saco é de R\$ 7,00 a R\$ 8,00. É vendida em feiras de comercialização de gado, em farmácias veterinárias e através dos próprios atravessadores. A época de produção da algaroba é de setembro a dezembro. Em uma propriedade de 430 hectares localizada no município de Sumé foram colhidas 10 toneladas de vargem na última safra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado é parte de uma pesquisa, que ainda está em curso, portanto, as informações coletadas não são suficientes para tirar conclusões. Neste caso, iremos expor alguns *insight*, que auxiliem a construção de uma agenda de pesquisa. Aachamos oportuno questionar os modelos de desenvolvimento, cujo custo de implementação, tem implicado a destruição de saberes, o deslocamento de populações e, sobretudo, que não alterem o jogo de forças. Neste sentido, chamamos a atenção para a necessidade de analisar o sentido mais filosófico da tecnologia, tomando como referências a produção de conhecimento técnico, o uso social e a circulação das informações entre os diferentes grupos. Ou seja, o estudo sobre a ecologia política da algaroba é emblemático de como alianças entre capital e propriedade da terra no passado; e no presente entre capital e propriedade de capitais (simbólico, social, econômico e cultural) têm legitimado e assegurado a manutenção de agências clientelistas beneficiárias do atraso continuem a tomar decisões. Contudo, a ecologia política nos ensina que nenhuma decisão é totalmente técnica, contrariamente, toda decisão é inseparavelmente política, porque terá efeitos sobre a distribuição relativa de poder (ou bem-estar), e ainda, será determinante das condições de emancipação dos indivíduos e grupos (Lianza e Addor: 2005).

BIBLIOGRAFIA

Algaroba reflorestaria áreas devastadas. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 10 abr. de 1998.

ANDRADE, M. C. de. 1998. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE.

BECK, U. 1997. *Modernização reflexiva: política, tradição e estática na ordem social moderna*. / Ulrich Beck, Anthony Giddens, Scott Lash; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

CASTELLS, M. 1999. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, p. 411-439.

CASTELLS, M. 1999. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

CASTRO, R. P. A política de reflorestamento no semi-árido paraibano. In *Raízes*. Campina Grande, v. 3, n. 4-5, jan.84/dez.85. p. 204-211.

CUNHA, L. H. H.; GOMES, R. A.; MENEZES, M. A.; MALAGODI, E. A.; IENO NETO, G. 2005. A construção de índices como instrumentos para retratar a realidade social: uma análise crítica. In: Caio Galvão de França; Gerd Sparovek. (Org.). *Assentamentos em Debate*. Brasília: NEAD, v., p. 40-56.

DIAS, L.C.; SILVEIRA, R.L.L. da (organizadores). 2007. *Redes, sociedades e territórios*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

LATOUR, B. 1994. Crises. In *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. / Bruno Latour; tradução de Carlos Irineu da Costa. – Rio de Janeiro: Ed.34. p. 7-17.

LIANZA, S. e ADDOR, F.Org. 2005. *Tecnologia e desenvolvimento social solidário*. Porto Alegre: Editora da UFRGS

MANCIE, E. 2000. *A revolução das redes*. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, p. 24.

MARTINS, J. de Sousa. 1994. O poder do atraso: ensaios da sociologia da história lenta. Editora Hucitec. São Paulo.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006). *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, Sebastião (2000). História da Algaroba no Brasil. Teresina SNPA/BN/Embrapa Meio Norte.

VEYRET, I. (organizadora). 2007. Definições e vulnerabilidades do risco. In *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. [Tradutor: Dílson Ferreira da Cruz]. – São Paulo: Contexto, p. 25-43.

Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2008.

Disponível em: www.dnocs.gov.br, acesso em fevereiro de 2008.

Disponível em: www.ipa.br, acesso em fevereiro 2008.